

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

## Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

## Destacados

## • Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 17,1 milhões, correspondente a R\$ 0,10 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 8,91%. Após a absorção dos Prejuízos Acumulados, foi constituída Reserva Legal em montante equivalente a 5% do referido Lucro Líquido e o saldo foi destinado para a Reserva Estatutária, não havendo portanto pagamento de dividendos, "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Corretora.

## • Ranking BM&amp;FBOVESPA

Com relação ao volume financeiro de operações, a Corretora se manteve em 11º e 18º lugares nos rankings do mercado à vista de ações e de futuros, respectivamente, considerando o volume anual negociado de janeiro a dezembro de 2016.

## • Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando-se como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a

regulamentação em vigor, é de 24,87%, sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

## Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que em 31 de março de 2016 foi instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 9 de março de 2016. Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

## Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.721/09 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, Mercado, de Crédito e Socioambiental, respectivamente.

## Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado

reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido. A Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental foi publicada no dia 30 de julho de 2015 e pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado elaborou um plano de ação para a implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2016.

## Ouidoria

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.849/10, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouidoria, informamos que não há registro de qualquer demanda ou reclamação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

**Ouidoria Goldman Sachs Brasil:**  
0800 727 5764 e/ou [ouidoriagoldmansachs@gs.com](mailto:ouidoriagoldmansachs@gs.com).  
Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira  
(exceto feriados), das 9h às 18h.  
São Paulo, 10 de março de 2017.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
<b>Circulante</b>	<b>283.307</b>	<b>297.282</b>	<b>Circulante</b>	<b>86.807</b>	<b>115.677</b>
Disponibilidades	8.083	5.625	Instrumentos financeiros derivativos	10.036	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	215.575	204.791	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	10.036	-
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	44.421	32.016	Outras obrigações	76.771	115.677
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	171.154	172.775	Fiscais e previdenciárias (nota 12 (a))	2.453	4.701
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	14.621	14.747	Negociação e intermediação de valores (nota 10)	32.008	43.284
Carteira própria (nota 8)	812	889	Diversas (nota 12 (b))	42.310	67.692
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	13.809	11.936	Exigível a longo prazo	8.520	11.597
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	-	1.922	Outras obrigações	8.520	11.597
Outros créditos	44.952	72.022	Diversas (nota 12 (b))	8.520	11.597
Rendas a receber	1	11	Patrimônio líquido	192.077	174.962
Negociação e intermediação de valores (nota 10)	32.515	44.219	Capital social	176.000	176.000
Diversos (nota 11)	12.436	27.792	De domiciliados no país (nota 14 (a))	176.000	176.000
Outros valores e bens	76	97	Reservas de lucros (nota 14 (c))	16.077	-
Despesas antecipadas	76	97	Prejuízos acumulados	-	(1.038)
Realizável a longo prazo	4.013	4.581			
Outros créditos	4.013	4.581			
Diversos (nota 11)	4.013	4.581			
Permanente	84	373			
Imobilizado de uso	84	373			
Outras imobilizações de uso	2.119	2.284			
(-) Depreciações acumuladas	(2.035)	(1.911)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>287.404</b>	<b>302.236</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>287.404</b>	<b>302.236</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2º Semestre	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>12.611</b>	<b>17.591</b>	<b>27.240</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14.420	27.986	25.318
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(1.809)	(10.395)	1.922
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>12.611</b>	<b>17.591</b>	<b>27.240</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>10.318</b>	<b>5.578</b>	<b>(23.247)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 17 (b))	64.112	121.208	128.737
Despesas de pessoal (nota 17 (c))	(24.935)	(68.570)	(95.169)
Outras despesas administrativas (nota 17 (d))	(22.921)	(45.715)	(47.233)
Despesas tributárias (nota 17 (e))	(5.573)	(10.810)	(9.263)
Outras receitas operacionais (nota 17 (f))	2.091	12.566	6.878
Outras despesas operacionais (nota 17 (f))	(2.456)	(3.101)	(7.197)
<b>Resultado operacional</b>	<b>22.929</b>	<b>23.169</b>	<b>3.993</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>22.929</b>	<b>23.169</b>	<b>3.993</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 13)</b>	<b>(6.762)</b>	<b>(6.054)</b>	<b>(3.215)</b>
Provisão para imposto de renda	(3.554)	(3.922)	(1.085)
Provisão para contribuição social	(3.200)	(3.511)	(743)
Passivo fiscal diferido	(8)	1.379	(1.387)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)</b>	<b>16.167</b>	<b>17.115</b>	<b>778</b>
0,09	0,10	0,00	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>176.000</b>	-	-	<b>(1.816)</b>	<b>174.184</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	778	778
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>176.000</b>	-	-	<b>(1.038)</b>	<b>174.962</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.115	17.115
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 14(c))	-	-	804	(804)	-
Reserva estatutária (nota 14(c))	-	-	15.273	(15.273)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>176.000</b>	-	<b>16.077</b>	<b>-</b>	<b>192.077</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>176.000</b>	<b>4.047</b>	-	<b>(90)</b>	<b>179.957</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 14 (b))	-	(4.047)	-	(4.047)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	16.167	16.167
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 14(c))	-	-	804	(804)	-
Reserva estatutária (nota 14(c))	-	-	15.273	(15.273)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>176.000</b>	-	<b>16.077</b>	<b>-</b>	<b>192.077</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	2º Semestre	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>	<b>23.028</b>	<b>23.169</b>	<b>4.410</b>
Lucro do semestre/exercício ajustado	22.929	23.169	3.993
Lucro do semestre/exercício antes da tributação	22.929	23.169	3.993
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>99</b>	<b>291</b>	<b>417</b>
Depreciações	99	316	493
Reversão de provisões	-	(25)	(76)
<b>Variações de ativos e obrigações</b>	<b>12.182</b>	<b>(8.597)</b>	<b>2.621</b>
Redução em aplicações em depósitos interfinanceiros	10.351	1.621	425
Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	637	10.162	(2.228)
Redução/(aumento) em outros créditos	160.408	27.638	(9.798)
Redução/(aumento) em outros valores e bens	(5)	21	(29)
Imposto de renda e contribuição social pagos (Redução/(aumento) em outras obrigações)	(5.313)	(6.025)	(5.361)
(153.896)	(42.014)	19.612	
<b>Caixa originado nas atividades operacionais</b>	<b>35.210</b>	<b>14.863</b>	<b>7.031</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	-	-	(129)
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(129)
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(129)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35.210</b>	<b>14.863</b>	<b>6.902</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	17.294	37.641	30.739
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	52.504	52.504	37.641
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35.210</b>	<b>14.863</b>	<b>6.902</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

## 1) Contexto Operacional

Com o objetivo de complementar as atividades desenvolvidas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (advisory), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País, o Grupo Goldman Sachs ("Grupo") constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Empresa"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs.

A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente. Como ocorre nas operações do Grupo no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e práticas de mercado em vigor.

A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 09 de maio de 2008.

Em 16 de dezembro de 2008, a Corretora teve seu pedido de admissão aprovado pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

Em 02 de fevereiro de 2009, a Corretora começou a executar ordens no mercado de ações e em 21 de setembro de 2010, passou a executar ordens no mercado de futuros, após obter direito de negociação no segmento BM&F da BM&FBOVESPA.

Em 27 de dezembro de 2012, o Comitê de Certificação do PQO - Programa de Qualificação Operacional da BM&FBOVESPA renovou o selo de Qualificação "Execution Broker" da Corretora para os segmentos Bovespa e BM&F, selo este que qualifica a corretora que possui foco na intermediação profissional de valores mobiliários quanto ao alto padrão de seus serviços.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria e Diretoria em 23 de fevereiro de 2017. Em 10 de março de 2017, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Corretora, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
4. CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
5. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
6. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
7. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
8. Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
9. CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

## 3) Principais Práticas Contábeis

## (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

## (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta-corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

## (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

## (d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

## (e) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02, do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas diretamente no resultado.

## (f) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

## (g) Permanente

## • Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem, sendo as principais taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos de processamento de dados.

## • Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

## (h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os créditos tributários calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação das alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda, e 20% no caso da contribuição social sobre o lucro líquido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram reconhecidos os créditos tributários originados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Estes somente são registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atenderem todos os requisitos estabelecidos pelo BACEN para seu reconhecimento contábil.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e camb

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000

CNPJ 09.605.581/0001-60

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$ mil

**Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.

**Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

**(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)**

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

**5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral**

O Conglomerado Financeiro acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

**(a) Risco de crédito**

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado. O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de risco ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de risco especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

**(b) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.

- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.

- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.

- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.

- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

**(c) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

**(d) Risco de liquidez**

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado Financeiro estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminadas para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

**6) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 8.083 (2015 - R\$ 5.625) e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 44.421 (2015 - R\$ 32.016) (nota 7 (a)).

**7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

**(a) Aplicações no mercado aberto**

Em 31 de dezembro de 2016, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas bancadas no valor de R\$ 44.421 (2015 - R\$ 32.016), com vencimento em 02 de janeiro de 2017, lastreadas por Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 15 (b)).

**(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

Em 31 de dezembro de 2016, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 171.154 (2015 - R\$ 172.775), com vencimento em outubro de 2019 e taxa de 98% do CDI, cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 15 (b)).

**8) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar do BACEN, na categoria "títulos para negociação", sendo composta por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e em 2015 por Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

**(a) Composição por classificação e tipo**

	2016		2015	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	889	–
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	793	812	–	–
<b>Vinculados à prestação de garantias na BM&amp;FBOVESPA</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	11.936	–
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	13.477	13.809	–	–
<b>Total</b>	<b>14.270</b>	<b>14.621</b>	<b>12.825</b>	<b>–</b>

**(b) Classificação e composição por prazo de vencimento**

	2016		2015	
	1 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria</b>	<b>812</b>	<b>812</b>	<b>889</b>	<b>–</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	889	–
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	812	812	–	–
<b>Vinculados à prestação de garantias na BM&amp;FBOVESPA</b>	<b>13.809</b>	<b>13.809</b>	<b>11.936</b>	<b>–</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	11.936	–
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	13.809	13.809	–	–
<b>Total</b>	<b>14.621</b>	<b>14.621</b>	<b>12.825</b>	<b>–</b>

Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

**9) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Estão representados por operações de termo de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*), com partes relacionadas (nota 15 (b)).

A precificação das operações de NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Ambima e a própria BM&FBOVESPA.

Os instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

**(a) Composição por indexador**

	2016		2015	
	Valor a pagar	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
<b>NDF (Non-Deliverable Forward) de Moedas</b>				
Posição comprada	(10.036)	42.000	26.962	–
<b>Total</b>	<b>(10.036)</b>	<b>42.000</b>	<b>26.962</b>	<b>–</b>

**(b) Composição do valor nominal por contraparte**

	2016		2015	
	Instituições financeiras	Total	Total	Total
	42.000	42.000	26.962	–
<b>Total</b>	<b>42.000</b>	<b>42.000</b>	<b>26.962</b>	<b>–</b>

**(c) Composição do valor nominal por local de negociação**

	2016		2015	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
<b>NDF (Non-Deliverable Forward)</b>				
	–	42.000	42.000	26.962
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>42.000</b>	<b>42.000</b>	<b>26.962</b>

**(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado**

O resultado dos contratos de NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<b>Ganhos/</b>				
<b>Valor de perdas não realizados</b>	<b>(10.042)</b>	<b>6</b>	<b>(10.036)</b>	<b>1.922</b>
<b>Total</b>	<b>(10.042)</b>	<b>6</b>	<b>(10.036)</b>	<b>1.922</b>

**(e) Resultado com derivativos**

	2016		2015	
	NDF (Non-Deliverable Forward)	Total	NDF (Non-Deliverable Forward)	Total
	(10.395)	1.922	(10.395)	1.922
<b>Total</b>	<b>(10.395)</b>	<b>1.922</b>	<b>(10.395)</b>	<b>1.922</b>

**10) Outros Créditos - Negociação e Intermediação de Valores**

Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes, a liquidar, conforme segue:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	11.114	–	14.301	–
Devedores (credores) - Conta liquidações pendentes	21.401	(32.008)	29.918	(43.284)
<b>Total</b>	<b>32.515</b>	<b>(32.008)</b>	<b>44.219</b>	<b>(43.284)</b>

**11) Outros Créditos - Diversos**

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 15 (b)) (1)	12.428	–	26.975	–
Impostos e contribuições a compensar	4.013	–	4.581	–
Devedores diversos - país	–	–	817	–
Adiantamentos e antecipações salariais	8	–	–	–
<b>Total</b>	<b>16.449</b>	<b>–</b>	<b>32.373</b>	<b>–</b>

(1) Valores a receber de sociedades ligadas referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pela Corretora à Goldman Sachs International no montante de R\$ 10.143 (2015 - R\$ 26.905) e à Goldman Sachs & Co. no montante de R\$ 2.273 (2015 - R\$ 65) (nota 15 (b)).

**12) Outras Obrigações**

**(a) Fiscais e Previdenciárias**

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	–	1.054	–	1.829
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	–	1.015	–	1.485
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	–	376	–	–
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	–	8	–	1.387
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>2.453</b>	<b>–</b>	<b>4.701</b>

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos.

**(b) Diversas**

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 15(b)) (1)	28.041	–	32.245	–
Provisão para despesas de pessoal	14.830	–	36.105	–
Provisão para outras despesas administrativas	7.506	–	10.141	–
Credores diversos - país	–	453	–	798
<b>Total</b>	<b>50.830</b>	<b>453</b>	<b>79.289</b>	<b>798</b>

(1) Valores a pagar a sociedades ligadas referem-se, principalmente, a provisão para pagamento das RSUs relativo ao Plano de Pagamento Baseado em Ações no montante de R\$ 20.378 (2015 - R\$ 24.745) (nota 15 (b)) e a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. à Corretora.

**13) Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário**

Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>23.169</b>	<b>23.169</b>	<b>3.993</b>	<b>3.993</b>

Imposto de renda (25%) e contribuição social (15% vigente até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015)

Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal

Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal

Diferenças permanentes

Diferença de alíquota da contribuição social - Lei nº 13.169/2015

Outros

**Imposto de renda e contribuição social do exercício**

**3.922 3.511 1.085 743**

A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos no montante de R\$ 4 (2015 - R\$ 771) e R\$ 4 (2015 - R\$ 616) respectivamente, são originados de ajustes de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos às diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 5.814 (2015 - R\$ 8.346) e R\$ 3.488 (2015 - R\$ 5.008), respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram registrados contabilmente, os quais serão quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atendidos todos os requisitos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

**14) Patrimônio Líquido****(a) Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2016, por 176.000.000 (2015 - 176.000.000) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

**(b) Reservas de capital**

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 16 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em atendimento ao referido ato normativo, em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Reserva de Capital" apresenta o saldo zero (2015 - zero), sendo composta por ajuste de marcação a mercado negativo sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 6.867 (2015 - R\$ 7.045) (nota 16 (b)) e contribuição ao capital no montante de R\$ 4.971 (2015 - R\$ 4.971) relativo ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento. O saldo devedor em R\$ 1.896 (2015 - R\$ 2.073) foi reclassificado para o resultado na rubrica "Outras Despesas Operacionais" (nota 17 (f)) em função de inversão da natureza contábil da rubrica de "Reserva de Capital".

**(c) Reservas de lucros**

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - Em R\$ mil

	2016		2015	
	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)
<b>Movimentação pela média ponderada:</b>				
<b>Saldo ao final do exercício anterior *</b>	<b>448,26</b>	<b>420,91</b>	<b>482,52</b>	<b>441,95</b>
Outorgada (1) (2) (granted)	443,98	447,47	621,80	625,47
Prescrita (forfeited)	572,88	-	574,90	617,66
Entregue (3) (delivered)	-	422,90	-	449,64
Adquirida por direito (2) (vested)	433,49	433,49	482,40	482,40
Transferida entrada(saída) (transfers)	515,79	314,99	466,98	-
<b>Saldo ao final do exercício *</b>	<b>468,20</b>	<b>436,13</b>	<b>537,07</b>	<b>504,30</b>

\* O "Saldo ao final do exercício" difere do "Saldo ao final do exercício anterior" para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2016 ser diferente da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2015.

(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 445,42 (2015 - R\$ 623,32). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 9,86% e 9,22%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

(2) Em 31 de dezembro de 2016, o valor justo agregado das ações com direito adquirido é de R\$ 13.175 (2015 - R\$ 17.058).

(3) Em 31 de dezembro de 2016, a média ponderada na data de entrega das RSUs entregues é de R\$ 492,58 (2015 - R\$ 703,80).

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a Corretora registrou despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseados no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica "Despesas de Pessoal" o montante de R\$ 6.614 (2015 - R\$ 11.052) referentes a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo. A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas". Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Corretora registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 3.343 (2015 - R\$ 5.477), registrado na rubrica "Despesas de Pessoal". Considerando o contrato de repagamento assinado em 30 de junho de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 20.378 (nota 15 (b)) (2015 - R\$ 24.745) registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas". Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Provisão para Outras Despesas Administrativas" é de R\$ 7.257 (2015 - R\$ 9.836) (nota 12 (b)).

## 17) Outras Informações

## (a) Obrigações legais e passivos contingentes

Não existiam processos judiciais ou administrativos de natureza tributária, cível ou trabalhista, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como provável ou possível.

## (b) Receita de prestação de serviços

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2016	2015
Rendas de outros serviços (1)	63.453	74.082
Rendas de corretagens de operações em bolsas	57.755	54.655
<b>Total</b>	<b>121.208</b>	<b>128.737</b>

(1) Rendas de outros serviços referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à Goldman Sachs International (nota 15 (b)).

## (c) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2016	2015
Despesa de pessoal - Proventos	45.053	67.648
Despesa de pessoal - Encargos sociais	18.810	22.715
Despesa de pessoal - Benefícios	3.990	3.816
Despesa de remuneração - Estagiários	459	528
Despesa de pessoal - Treinamento	258	462
<b>Total</b>	<b>68.570</b>	<b>95.169</b>

## (d) Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2016	2015
Aluguéis	4.723	5.545
Serviços do sistema financeiro	2.556	2.812
Viagens ao exterior	2.416	3.233
Processamento de dados	1.562	999
Serviços de terceiros	716	616
Comunicações	588	1.370
Serviços técnicos especializados	508	468
Manutenção e conservação de bens	506	618
Promoções e relações públicas	396	486
Depreciação	316	493
Despesas de material	161	338
Seguros	136	130
Outras despesas administrativas (1)	31.131	30.130
<b>Total</b>	<b>45.715</b>	<b>47.233</b>

(1) Outras despesas administrativas referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (controlador) para a Corretora, no montante de R\$ 29.927 (2015 - R\$ 29.418).

## (e) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2016	2015
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	6.060	6.437
Despesas de contribuição ao COFINS/PIS/CIDE	4.623	2.653
Despesas tributárias - IOF	127	173
<b>Total</b>	<b>10.810</b>	<b>9.263</b>

## (f) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais referem-se, substancialmente, a receitas de variação cambial sobre os saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 7.702 (2015 - R\$ 3.900) e a reversão do ajuste negativo de marcação a mercado relativo ao pagamento baseado em ações referente ao exercício anterior no montante de R\$ 2.073 (2015 - R\$ 2.540) (nota 14 (b)). Outras despesas operacionais referem-se, principalmente, a despesas de variação cambial sobre os saldos a pagar em moeda estrangeira no valor de R\$ 1.680 (2015 - R\$ 5.940) e à reclassificação do ajuste negativo de marcação a mercado relativo ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 1.896 (2015 - zero) (nota 14 (b)).

## (g) Plano de benefícios a funcionários

Em 25 de junho de 2015, foi emitida a Resolução nº 4.424, que regulamenta o registro contábil e a evidência de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A adoção da referida regra ocorreu em 1º de janeiro de 2016, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (CPC 33), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 07 de dezembro de 2012.

A Administração da Corretora, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício de 2016.

## 18) Limites Operacionais

## (a) Índice de Basileia e de imobilização

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do BACEN, com base no Conglomerado Prudencial é de 24,87% (2015 - 19,78%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.381.820 (2015 - R\$ 1.268.905).

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de imobilização do Conglomerado é de 2,22% (2015 - 0,78%).

## DIRETORIA

Diretor-Presidente: **Juliano Meira Campos Arruda****C Douglas Fuge**  
Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz**Kathia Aparecida Autuori**  
Sílvia Regina Valente

## CONTADORA

**Tatiana L. M. Navarro Baldívieso**  
CRC 1SP240271/O-7

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 10 de março de 2017

**Edison Arisa Pereira**  
Contador CRC 1SP127241/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por cinco membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo

Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência

relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram considerados adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 10 de março de 2017

Ouvvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.